



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

COMUNICADO CONJUNTO DIRAP/DIRINT Nº 001/DPC, DE 5 DE OUTUBRO DE 2012.

ASSUNTO: Disciplina procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Decreto-Lei nº 5.452, de 01 MAIO 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;
- Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais;
- Orientação Normativa nº 03, de 13 NOV 2002, da Secretaria de Recursos Humanos (SRH), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicada no DOU nº 227, de 25 NOV 2002;
- Orientação Normativa nº 03, de 18 MAIO 2007, da SRH/MPOG, publicada no DOU nº 96, de 21 MAIO 2007;
- Orientação Normativa nº 07, de 20 NOV 2007, da SRH/MPOG, publicada no DOU nº 223, de 21 NOV 2007;
- Portaria nº 154, de 15 MAIO 2008, do Ministério da Previdência Social (MPS), publicada no DOU nº 93, de 16 MAIO 2008;
- Orientação Normativa nº 02, de 31 MAR 2009, da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS), do MPS, publicada no DOU nº 63, de 02 ABR 2009;
- Instrução Normativa nº 01, de 22 JUL 2010, da SPS/MPS, publicada no DOU nº 142, de 27 JUL 2010;
- Instrução Normativa nº 10, de 06 AGO 2010, da Presidência do Instituto Nacional de Seguro Social, publicada no DOU nº 153 de 11 AGO 2010; e
- Orientação Normativa nº 10, de 05 NOV 2010, da SRH/MPOG, publicada no DOU nº 213, de 08 NOV 2010.

Comunico aos senhores Comandantes, Diretores, Secretário e Chefes de Organizações Militares do Comando da Aeronáutica os procedimentos que devem ser observados para a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição:

DA COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO DE CTC

Art. 1º O tempo de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) será provado com Certidão de Tempo de Contribuição a ser expedida pelo Comando da Aeronáutica, mediante entrada de requerimento do interessado (ex-servidor) em qualquer Organização Militar (OM), preferencialmente na última de exercício, endereçado à DIRAP.

§ 1º Constitui-se interessado para requerer a emissão de CTC o ex-servidor ou seu procurador, portando instrumento de mandado com finalidade específica e firma reconhecida, que fará constar de cópias autenticadas (por cartório ou por servidor autorizado da OM recebedora do documento) dos documentos de identidade e CPF do procurador, bem como, da mesma forma, das cópias de documentos pessoais do ex-servidor.

§ 2º O requerente poderá fazer constar cópias de outros documentos que demonstrem seu vínculo anterior com a OM do COMAER.

§ 3º No requerimento para emissão da CTC, o requerente deverá esclarecer o fim e a razão do pedido.

§ 4º A OM recebedora do documento, caso não seja a do vínculo citada pelo interessado, deverá providenciar sua remessa àquela de origem (possuidora da pasta de assentamentos funcionais).

REQUISITOS PARA EMISSÃO DE CTC

Art. 2º A OM de origem, de posse do requerimento, tomará providências no seguinte sentido:

I - preencher os anexos I e II, para o caso de tempo de contribuição vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); e

II - preencher o anexo III, para o caso de tempo de contribuição vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pois a CTC será emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser fornecida CTC única, permitida para servidor que exerceu cargos constitucionalmente acumuláveis, conforme o art. 9º, da Portaria nº 154, de 15 MAIO 2008, do MPS.

§ 2º O levantamento do tempo de contribuição será realizado com fundamento nos assentamentos funcionais do ex-servidor.

§ 3º Os modelos dos anexos I, II e III, previstos na Portaria nº 154, de 15 MAIO 2008, do MPS, disponíveis na página da DIRAP, deverão ser digitados ou datilografados, não podendo conter espaços em branco, emendas, rasuras ou entrelinhas que não estejam ressalvadas antes do seu desfecho.

§ 4º Deverão permanecer em branco apenas os campos destinados à numeração, bem como, os campos a serem assinados por militares e/ou servidores civis da DIRAP e da DIRINT.

§ 5º No caso de ex-servidor detentor exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração, bem como de ex-servidor titular de cargo, emprego ou função amparado pelo RGPS, a OM detentora da pasta funcional tomará providências no sentido de serem fornecidos, além da Declaração de Tempo de Contribuição (DTC), anexo III, a seguinte documentação:

I - documento comprobatório do vínculo funcional; e

II - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social - GFIP.

Art. 3º O requerimento, constituído como Processo Administrativo, será encaminhado à DIRAP com todas as vias dos anexos I, II e III, as quais não poderão conter perfurações e carimbos de protocolo, devendo ser encaminhadas em saco plástico lacrado, para que assim, não seja preciso manusear o documento, preservando sua integridade.

Art. 4º A CTC será fornecida para período de efetivo tempo de contribuição e conterá, no mínimo, as informações exigidas nos incisos do art. 6º, da Portaria nº 154, de 15 MAIO 2008, do MPS e art. 63, §1º da Orientação Normativa nº 02, de 31 MAR 2009, do MPS.

Art. 5º São vedadas:

I - a contagem de tempo de contribuição de atividade privada com a de serviço público ou de mais de uma atividade no serviço público, quando concomitantes;

II - a emissão de CTC para período que já tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria, em qualquer regime de previdência social;

III - a emissão de CTC para período fictício, salvo se o tempo fictício tiver sido contado até 16 DEZ 1998 como tempo de serviço para efeito de aposentadoria, conforme previsão legal; e

IV - a emissão de CTC com conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum.

§ 1º Entende-se como tempo fictício aquele considerado em lei como tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria sem que tenha havido, por parte do servidor, a prestação de serviço ou a correspondente contribuição.

§ 2º O tempo de serviço, considerado para efeito de aposentadoria por lei e cumprido até 16 DEZ 1998, será contado como tempo de contribuição.

§ 3º Poderão constar na CTC os períodos de filiação a RPPS posteriores a 16 de dezembro de 1998, em que tenha havido a prestação de serviço sem ocorrência de contribuição por falta de alíquota de contribuição instituída pelo ente.

§ 4º Para os períodos a que se refere o §3º, as informações das remunerações de contribuições deverão corresponder aos valores das respectivas remunerações do cargo efetivo.

Art. 6º O tempo trabalhado em condições especiais a ser convertido em tempo comum deverá constar na certidão, no local para acrescer a observação sobre tempo especial, devendo ser a referida conversão, anteriormente, requerida à DIRAP, através de processo específico e, posteriormente, deverá ser lançado o tempo especial publicado em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), no local citado, como acréscimo ao tempo comum.

Exemplo: SOMA TEMPO LÍQUIDO: X anos, X meses e X dias, possuindo o exservidor direito ao acréscimo de X% (20% para mulher e 40% para homem) referente ao período compreendido entre dia/mês/ano (início do período) e dia/mês/ano (término do período).

DA CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM TEMPO COMUM

Art. 7º A conversão para tempo comum, do trabalho prestado sob condição insalubre, penosa e perigosa, inclusive operação com raios “X” e substâncias radioativas, submetido ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de que trata o Decreto-Lei nº

5.452, de 01 MAIO 1943, em período anterior à edição do regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, far-se-á da seguinte forma:

I - a conversão do período de trabalho vinculado ao RGPS, exercido na condição de servidor, antes da Lei nº 8.112/90, relativamente àqueles que foram enquadrados no regime jurídico instituído pela citada lei, será realizada pela DIRAP, não havendo necessidade de emissão de CTC por Agência da Previdência Social do Instituto Nacional do Seguro Social. A OM deverá instruir o requerimento, conforme os requisitos estabelecidos pela Orientação Normativa nº 7, de 20 NOV 2007, do MPOG, Mapa de Contagem Especial de Tempo de Serviço e cópia autenticada pela própria OM, de todas as publicações de portarias relacionadas à concessão, ao cancelamento e à suspensão do adicional ou da gratificação; e

II - a conversão do período de trabalho vinculado ao RGPS, exercido na condição de servidor, antes da Lei nº 8.112/90, relativamente àqueles que não foram enquadrados no regime jurídico instituído pela citada lei, será realizada por Agência da Previdência Social do INSS, a qual emitirá a respectiva CTC.

Art. 8º Para a conversão em tempo comum, do tempo de serviço público federal prestado em atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, a contar de 12 DEZ 1990, sob o regime da Lei nº 8.112/90, é necessária a regulamentação do §4º, do art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

§ 1º Os requerimentos solicitando a conversão em tempo comum, do tempo de serviço público federal exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, exposto a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, amparados por Mandado de Injunção, junto ao Supremo Tribunal Federal, deverão ser instruídos pela OM, conforme os requisitos estabelecidos na Orientação Normativa nº 10, de 05 NOV 2010, do MPOG, Instrução Normativa nº 01, de 22 JUL 2010, do MPS, Instrução Normativa nº 45 de 06 AGO 2010, e Mapa de Contagem Especial de Tempo de Serviço.

PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DA CTC

Art. 9º Após a emissão da CTC ou DTC, a DIRAP remeterá o processo à OM recebedora do requerimento, que providenciará:

I - a entrega do(s) anexo(s) solicitado(s) ao interessado, mediante recibo passado na segunda via, implicando sua concordância quanto ao tempo certificado;

II - o retorno do processo à DIRAP, para fins de controle.

Art. 10 Na segunda folha dos anexos, deverá ser incluída a seguinte observação:

(COMANDO DA AERONÁUTICA - Continuação do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, referente à Certidão do (a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Art. 11 As informações indispensáveis, tais como transformação de regime jurídico de celetista para o regime instituído pela Lei nº 8.112/90, averbações, plano de demissão voluntária, licença-prêmio por assiduidade, licença sem vencimentos, entre outras, deverão constar no anexo I, antes do tempo certificado.

Art. 12 As averbações devem ser lançadas, também, na grade de frequência, cronologicamente, somando-se ao tempo geral.

Art. 13 Todos os responsáveis pela expedição dos anexos I, II e III devem apor rubrica no rodapé das páginas anteriores à que contiver a(s) assinatura(s).

Art. 14 O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo, sem recebimento de remuneração ou de subsídio pelo ente federativo, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições, desde que para o mesmo regime de previdência, ou seja RPPS, conforme determina a Orientação Normativa nº 03/2002 /SRH/MP.

§ 1º A contribuição efetuada pelo servidor, na situação de que trata o caput, não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo para concessão de aposentadoria.

Art. 15 Para os admitidos como celetistas e para os temporários regidos pela Lei nº 8.745/93, providenciar o preenchimento do anexo III, no campo “dados funcionais”, considerando: “emprego”, “nº da portaria de admissão” e “nº da portaria de demissão” e, para os cargos comissionados, “cargo em comissão exercido”, “nº da portaria de nomeação” e “nº da portaria de exoneração”, conforme os modelos anexados.

Art. 16 Continuam válidas as certidões de tempo de serviço emitidas em data anterior à publicação da Portaria nº 154, de 15 MAIO 2008, do MPS, conforme previsto no art. 64, da Orientação Normativa nº 02, de 31 MAR 2009, do MPS.

Art. 17 Os anexos deverão obedecer rigorosamente o modelo padrão previsto neste Comunicado.

Art. 18 As dúvidas relativas ao preenchimento dos anexos I e III serão dirimidas pela DIRAP, e as do anexo II, pela DIRINT;

DA REVISÃO DA CTC

Art. 19 Poderá haver revisão da CTC, inclusive para fracionamento de períodos, desde que previamente devolvida a certidão original, quando a certidão comprovadamente não tiver sido utilizada para fins de aposentadoria no RGPS ou para fins de averbação ou de aposentadoria em outro RPPS.

§ 1º Antes de requerer a revisão, o interessado deverá requerer ao órgão destinatário da CTC a devolução da certidão original.

§ 2º No caso de ter sido realizada pelo órgão destinatário a averbação do tempo, se este não tiver sido utilizado para obtenção de qualquer direito ou vantagem no RPPS, também poderá haver revisão.

§ 3º Para possibilitar a revisão da CTC, o interessado deverá seguir as mesmas orientações para a solicitação de emissão de CTC:

I - requerimento escrito de cancelamento da certidão, no qual esclarecerá o fim e a razão do pedido;

II - certidão original anexa ao requerimento;

III - a declaração emitida pelo regime previdenciário a que se destinava a certidão contendo informações sobre a utilização, ou não, dos períodos lavrados na certidão e, em caso afirmativo, para que fins foram utilizadas.

IV - no caso de impossibilidade de resgate junto ao órgão destinatário da certidão original, o interessado deverá apresentar, ainda, documento oficial informando o motivo da impossibilidade de devolução do referido documento. Nessa hipótese, a DIRAP emitirá nova CTC, que será remetida diretamente ao órgão destinatário, acompanhada de ofício informando os motivos da revisão e o cancelamento da CTC anteriormente emitida, para fins de anulação dos seus efeitos.

§ 4º Será possível, ainda, a revisão no caso de ser constatado erro material e desde que não importe em dar à certidão destinação diversa da que lhe foi dada originalmente.

Art. 20 Este Comunicado Conjunto revoga o de nº 01/DPC, de 25 SET 2009, publicado no BCA nº 182, de 29 SET 2009.

Maj Brig Int MANOEL JOSÉ MANHÃES FERREIRA
Diretor de Intendência

Maj Brig Ar LUIZ FERNANDO DUTRA BASTOS
Diretor de Administração do Pessoal

ANEXO I



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

		Nº
ÓRGÃO EXPEDIDOR:	PROCESSO:	CNPJ: 00.394.429/0110-64
NOME DO SERVIDOR:		SEXO: MATRÍCULA:
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:	PIS/PASEP
FILIAÇÃO:		DATA DE NASCIMENTO:
ENDEREÇO:		

CARGO/EMPREGO EFETIVO:	
ORGANIZAÇÃO MILITAR DE LOTAÇÃO:	
DATA DE ADMISSÃO/NOMEAÇÃO:	DATA DA EXONERAÇÃO:

FREQUÊNCIA

PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO:
FONTE DE INFORMAÇÃO:
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: Período de / / a / / , para fins de

[illegible]

Comunicado Conjunto DIRAP/DIRINT nº 001, de 5 de outubro de 2012, publicado no BCA nº 195, de 10 OUT 2012.

COMANDO DA AERONÁUTICA – continuação do Processo nº XXXX.XXXXX/XXXX-XX, referente à certidão do (a) Sr. (a) XXXXXX)

Local para acrescentar informações indispensáveis, tais como: transformação de regime jurídico CLT para Lei nº 8.112/90, averbações, plano de demissão voluntária, licença sem vencimento, etc.

CERTIFICO, em face do apurado, que o(a) interessado(a) conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo de contribuição de _____ dias, correspondente a _____ anos _____ meses e _____ dias.

(Local para acrescentar observação sobre tempo especial).

<p>Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.</p> <p>Local e data: _____</p> <p>Assinatura e carimbo do servidor responsável pelo preenchimento:</p> <p>Assinatura e carimbo do Comandante da OM:</p>	<p>Assinatura e carimbo do servidor da DIRAP que conferiu os dados:</p> <p>Visto do Diretor de Administração do Pessoal</p> <p>Data ____/____/____</p> <p>Assinatura e carimbo</p>
--	--

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.

Local e data: _____

Assinatura e carimbo do Dirigente da UG – Diretor da DIRINT

ANEXO II



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

RELAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES
REFERENTE À CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº ____, DE ____/____/____

ÓRGÃO EXPEDIDOR:COMANDO DA AERONÁUTICA		PROCESSO:		CNPJ: 00.394.429/0110-64	
NOME DO SERVIDOR:				MATRÍCULA:	
NOME DA MÃE:				DATA DE NASCIMENTO:	
DATA DE INÍCIO DA CONTRIBUIÇÃO/ADMISSÃO:		DATA DE DISPENSA/EXONERAÇÃO:		PIS/PASEP	CPF:
Mês	Ano: Valor	Ano: Valor	Ano: Valor	Ano: Valor	Ano: Valor
JANEIRO					
FEVEREIRO					
MARÇO					
ABRIL					
MAIO					
JUNHO					
JULHO					
AGOSTO					
SETEMBRO					
OUTUBRO					
NOVEMBRO					
DEZEMBRO					
Local e data:					

ANEXO III - A



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PARA FINS DE OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO JUNTO AO INSS

ÓRGÃO EXPEDIDOR: COMANDO DA AERONÁUTICA	PROCESSO:	CNPJ: 00.394.429/0110-64
---	-----------	--------------------------

DADOS PESSOAIS

NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CPF:	TÍTULO DE ELEITOR:	PIS/PASEP:
DATA DE NASCIMENTO:	NOME DA MÃE:	
ENDEREÇO:		

DADOS FUNCIONAIS

CARGO EM COMISSÃO EXERCIDO:	
Nº DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO:	DATA DE PUBLICAÇÃO:
DATA DA ENTRADA EM EXERCÍCIO:	
DATA DE ENCERRAMENTO/AFASTAMENTO:	
Nº DA PORTARIA DE EXONERAÇÃO:	DATA DA PUBLICAÇÃO:
NOME/MATRÍCULA/CARGO DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES	VISTO DO COMANDANTE DA OM
NOME/MATRÍCULA/CARGO SERVIDOR DA DIRAP	VISTO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE PESSOAL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
Local e data:	
OBSERVAÇÕES / OCORRÊNCIAS	

ESTA DECLARAÇÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS

ANEXO III - B



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PARA FINS DE OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO JUNTO AO INSS

ÓRGÃO EXPEDIDOR: COMANDO DA AERONÁUTICA	PROCESSO:	CNPJ: 00.394.429/0110-64
---	-----------	--------------------------

DADOS PESSOAIS

NOME:		
RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	DATA DE EXPEDIÇÃO:
CPF:	TÍTULO DE ELEITOR:	PIS/PASEP:
DATA DE NASCIMENTO:	NOME DA MÃE:	
ENDEREÇO:		

DADOS FUNCIONAIS

EMPREGO:	
Nº DA PORTARIA DE ADMISSÃO:	DATA DA PUBLICAÇÃO:
DATA DA ENTRADA EM EXERCÍCIO:	
DATA DE ENCERRAMENTO/AFASTAMENTO:	
Nº DA PORTARIA DE DEMISSÃO:	DATA DA PUBLICAÇÃO:
NOME/MATRÍCULA/CARGO DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES	VISTO DO COMANDANTE DA OM
NOME/MATRÍCULA/CARGO SERVIDOR DA DIRAP	VISTO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE PESSOAL DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
Local e data:	
OBSERVAÇÕES / OCORRÊNCIAS	

ESTA DECLARAÇÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS